



ASSOCIAÇÃO
**ALMA
AUTISTA**

Autismo eu resolvi me importar, e você?

**Estatuto Consolidado da
ASSOCIAÇÃO ALMA AUTISTA
ALMA AUTISTA**

OFICIAL REG. CIVIL P. JURÍDICA
Registrado, Digitalizado e Microfilmado
nº 44.375
conforme etiqueta aposta neste documento
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP.

ÍNDICE

Capítulo I	DA NATUREZA, DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO
Capítulo II	DAS FINALIDADES E DOS OBJETIVOS SOCIAIS
Capítulo III	DOS ASSOCIADOS
Capítulo IV	DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
Capítulo V	DAS ASSEMBLÉIAS
Capítulo VI	DO CONSELHO DIRETOR
Capítulo VII	DO CONSELHO FISCAL
Capítulo VIII	DA SECRETARIA EXECUTIVA
Capítulo XI	DO PROCESSO ELETIVO
Capítulo X	DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO
Capítulo XI	DOS LIVROS
Capítulo XII	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Capítulo XIII	DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS



ASSOCIAÇÃO
**ALMA
AUTISTA**

Autismo eu resolvi me importar, e você?

ESTATUTO SOCIAL

ALMA AUTISTA

CAPITULO I

DA NATUREZA, DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO



Art. 1º A Alma Autista é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Associação sem fins lucrativos, com objetivos voltados à promoção de atividades e finalidade de relevância pública e social, não distribui entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendo, isenções de qualquer natureza, participações ou parcerias do seu patrimônio, auferindo mediante o exercício de suas atividades, e que o aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

§ 1º - A Alma Autista tem sede na Rua Antônio Marques Mendonça, nº121 e nº111, Residencial Lago Sul, no Município de Bady Bassitt, São Paulo, com foro jurídico na Comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, podendo manter outras unidades ou representações, saúde, sócio jurídico.

§ 2º - A Alma Autista tem uma filial administrativa na Rua João Ramalho, 309, Parque Estoril, no Município de São José do Rio Preto, São Paulo, com foro jurídico na Comarca de São Jose do Rio Preto, Estado de São Paulo.

§ 3º - A Alma Autista é uma Associação nacional, de iniciativa particular, de fomento ao desenvolvimento humano, de caráter assistencial, educacional, esportivo, saúde, científico, cultural, sócio jurídico.

§ 4º - A organização e funcionamento da Alma Autista são fixados em Regimento Interno, elaborado pela Diretoria e aprovado pela Assembléia Geral, observando o disposto neste Estatuto Social.

§ 5º - Para a consecução dos objetivos e finalidades da Associação, a mesma se propõe a utilizar dos meios que se mostrarem indicados e necessários, inclusive da cooperação, de parcerias, termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com administração pública e da filiação com instituições congêneres, podendo receber filiações ou filiar-se em Associações Centrais, em Federações, Associações ou cooperativas singulares, por deliberação da Diretoria.

Art.2º O prazo de duração da Alma Autista é indeterminado.



Art. 3º No desenvolvimento de suas atividades, a Alma Autista observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião. (Conforme o art. 4º, inciso I, da lei 9.790/99).

Parágrafo único. A Alma Autista se dedica às suas atividades por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e de órgãos do setor público que atuam em áreas afins. (Conforme o art. 3º, parágrafo único, da Lei 9.790/99).

CAPITULO II

DAS FINALIDADES E DOS OBJETIVOS SOCIAIS



Art.4º A Alma Autista tem como finalidades:

- I. Promover o desenvolvimento de programas e projetos de integração, inclusão, socialização, esclarecimentos, das pessoas com deficiência e de seus familiares, identificar a condições sociais, educacionais e assistenciais das pessoas com deficiência;
- II. Prestar serviços, executar programas ou projetos de Proteção Social Básica, Proteção Social Media e de Alta Complexidade, assessoramento e de defesa na garantia de direitos no âmbito da assistência social;
- III. Desenvolver atividades culturais, esportivas, lazer, aprendizagem profissional, educação informal para crianças, adolescentes, idosos com deficiência e seus familiares;
- IV. Desenvolver ações complementares de enfrentamento à violência, exploração e abuso sexual contra crianças, adolescentes e mulheres com deficiência e seus familiares;
- V. Incentivar a formação artística e cultural, fomentando e apoiando sua produção, nos termos do Pronac – Programa Nacional de Apoio à Cultura e o desenvolvimento à Cultura;
- VI – Atuar de forma beneficente, tendo por finalidade avaliar, selecionar, monitorar e desenvolver programas e projetos sociais e ambientais nas áreas de:
 - a) Educação profissional, aprendizagem profissional e programa de estágio;
 - b) Assistência ao Adolescente;

Parágrafo primeiro - Na área de educação e aprendizagem profissional, destaque para o programa jovem aprendiz. No programa de Estágio como agente de integração empresa e escola.

VII. Prestar ações e atividades na educação;



VIII. Ações de prevenção, habilitação, reabilitação e integração a vida comunitária de pessoas com deficiência;

IX. Atendimento e assessoramento aos benefícios da Assistência Social (LOAS) e a defesa e garantia de seus direitos;

X. Estabelecer parcerias com as entidades congêneres e demais entidades, quando solicitada em assuntos pertinentes à Assistência Social, à Saúde e à defesa dos Direitos Fundamentais;

XI. Estabelecer parcerias para promover assistência à saúde, na atenção básica, atenção especializada, podendo prestar serviços de assessoramento na defesa de direitos humanos na saúde, contratação de recursos humanos relacionados a população com deficiência;

XII. Realizar, organizar e promover Campanhas educativas, informativas de promoção em saúde, direitos humanos, combate à discriminação, preconceito;

XIII. Garantir a manutenção e o regular desenvolvimento das atividades-fim, bem como de assegurar sua autonomia econômico-financeira onde a Alma Autista poderá efetuar a comercialização de produtos produzidos pela associação através do trabalho de seus assistidos e/ou voluntários, bem como de mercadorias recebidas em doação sendo o superávit revertido integralmente em favor da manutenção das atividades-fim, assim como a prestação de serviços de assessoria, consultoria, oficinas, treinamentos e palestras nas áreas de atuação da instituição.

XIV. Promover o exercício da cidadania, mediante ações assessoramento, treinamento, capacitação, produção e distribuição de materiais educativos, informativos e realização de eventos, bem como garantir a defesa dos direitos humanos eventualmente violados, através da efetiva assistência jurídica mediação e conciliação de conflitos, em situação de risco social, tais como: crianças, adolescentes, idosos com deficiência vítimas de violência doméstica, abuso e violência sexual;

XV. A fim de cumprir suas finalidades a Associação poderá organizar-se em tantas unidades de prestação de serviços que se fizerem necessárias.

Art.5º Para cumprir com seus objetivos sociais a Alma Autista poderá:

I. Desenvolver e executar projetos e programas para seus assistidos, através do atendimento de suas necessidades e das disponibilidades da instituição;

II. Promover e participar de campanhas informativas e educativas junto à comunidade;

III. Documentar-se, por todos os meios, suas diversas atividades, assim como os fatos e situações que tiverem relação com suas finalidades;

IV. Distribuir e vender produtos e materiais da própria associação ou de terceiros;



Autismo eu resolvi me importar, e você?

V. Gerenciar, contratar e demitir pessoal;

VI. Firmar contratos e participar de termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de colaboração com administração pública para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros (Lei nº 13.204, de 2015) e – ou associar-se com outras pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

VII. Arrecadar recursos financeiros de doadores sejam pessoa física ou jurídica, sócios ou não sócios;

VIII. Implantar e manter em funcionamento unidades especializadas vislumbro promover o mais amplo atendimento quanto a integração de aprendizagem pedagógica, de treinamento, de assistência médica, de terapeuta ocupacional, de fonoaudióloga, de fisioterapeuta, de psicóloga, de enfermagem as pessoas com deficiência;

IX. A Alma Autista se propõe:

§ 1º Formar um corpo técnico eficiente e especializado estabelecendo intercambio técnico - científico com quaisquer outras entidades ou órgãos voltados a assistência psíquica e mental, concedendo ou realizando cursos e estágios para o aperfeiçoamento.

§ 2º Reunir e divulgar dados e informações científicas.

§ 3º Estimular a realização de estudos e pesquisas.

§ 4º Promover conferências e seminários.

§ 5º Atender e orientar pais ou responsáveis quanto aos problemas de relacionamento social e familiar da pessoa com deficiência, tomando quando necessárias medidas legais para sua defesa e proteção.

§ 6º Os recursos serão sempre aplicados para a consecução dos objetivos sociais, sendo expressamente vedada qualquer atividade de natureza política- partidária.

§ 7º É vedado a Associação, sob pena de nulidade o ato utilizar ou permitir o uso de bens e serviços da associação para fins estranhos a administração e ao interesse dos associados e outorgar favores discriminativos ou transigir sobre direitos ou créditos sem manifesto interesse social.

§ 8º A associação assegurará a igualdade de direitos dos associados, sendo-lhe proibido remunerar o associado agente ou outros novos associados; cobrar prêmios ou ágios pela entrada de novos associados ainda que o título de compensação de reservas; estabelecer restrições de qualquer natureza ou espécie que possam privar o livre exercício dos direitos do associado, salvo quando prevista no presente estatuto.





Parágrafo único. Os serviços de educação ou de saúde a que a entidade eventualmente se dedique serão promovidos gratuitamente e com recursos próprios, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei nº 9.790/99, sendo vedado o condicionamento da prestação de serviço ao recebimento de doação, contrapartida ou equivalente. (Recomendação com base no art. 3º, inciso III e IV, da Lei 9.790/99, e no art. 6º do Decreto 3.100/99, para as entidades que tenham dentre suas finalidades a prestação de serviços educacionais ou de saúde).

CAPITULO III

DOS ASSOCIADOS

Art. 6º A associação é constituída por número ilimitado de associados, serão admitidos a juízo da Diretoria, dentre pessoas idôneas.

Art. 7º Haverá as seguintes categorias de associados:

a) Fundadores, os que assinarem a ata de fundação da associação;

b) Beneméritos aqueles aos qual a Assembléia geral conferir esta distinção espontaneamente ou por proposta da diretoria, em virtudes dos relevantes serviços prestados a associação;

c) Honorários aqueles que se fizerem credores nesta dessa homenagem por serviços de notoriedade prestados a associação, por proposta da diretoria à Assembléia Geral.

Art. 8º São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:

a) Votar e ser votado para os cargos eletivos.

b) Tomar parte nas Assembléias gerais.

Art. 9º São deveres dos associados:

a) Cumprir as disposições estatutárias e regimentais.

b) Acatar as determinações da diretoria.

Parágrafo único. Havendo justa causa, o associado poderá ter seus direitos suspensos ser demitido ou excluídos da associação por decisão da diretoria, após o exercício do direito de defesa. Da decisão caberá recurso à Assembléia geral.

Art. 10º Os associados da associação não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações encargos sociais da instituição.





CAPITULO IV

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA



Art. 11º A ALMA AUTISTA é composta dos seguintes órgãos para sua administração

- I. Assembléia Geral;
- II. Conselho Diretor;
- III. Conselho Fiscal;
- IV. Secretaria Executiva;

Art. 12º A Assembléia geral constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, poderão ser ordinárias ou extraordinárias, sendo órgão supremo de decisão.

Art. 13º O conselho diretor é composto de quatro (04) membros, eleitos entre os associados mantenedores e efetivos, com mandato de três (03) anos.

Art. 14º O conselho fiscal é composto no mínimo de dois (02) membros, eleitos entre os associados mantenedores, patrocinadores e efetivos, com mandato de três (03) anos.

Art. 15º A secretaria executiva é contratada e remunerada, podendo ser associado ou não, sendo órgão de execução e acompanhamento. A Secretaria Executiva será o órgão encarregado pela administração, orientação, manutenção e execução das demais atividades com intuito de alcançar o objetivo social da Associação.

Parágrafo primeiro – A Secretaria deverá prestar contas a Assembléia Geral sempre que solicitado pelo conselho Diretor, devendo a prestação de contas ser precedida de parecer para emitido pelo Conselho Fiscal, com posterior *ad referendum* da Assembléia Geral.

Parágrafo Segundo – A Secretaria Executiva será composta de 01 Diretor Executivo e 01 Gestor e 01 Gestor Operacional.

CAPITULO V

DAS ASSEMBLÉIAS

Art. 16º As assembleias podem ser gerais ordinárias ou extraordinárias, sendo órgão supremo de decisão da ALMA AUTISTA.



Art. 17º A Assembléia geral ordinária ocorrerá sempre na segunda quinzena do mês de março de cada ano.

Art. 18º Compete à Assembléia geral:

- I – eleger membros do conselho diretor e fiscal
- II – aprovar planos de trabalho
- III – aprovar balanços e contas



Art. 19º A Assembléia geral extraordinária, poderá se reunir quantas vezes for necessário, sempre que o assunto for de interesse da ALMA AUTISTA.

Art. 20º Compete à Assembléia geral extraordinária:

- I – discutir assuntos referentes a bens e patrimônios
- II – alterar ou reformar o presente estatuto
- III – dissolução da ALMA AUTISTA,
- IV – exclusão do associado,
- V – destituição de membros dos conselhos,
- VI – demais assuntos de relevância

Art. 21º A convocação das assembléias poderão ser realizados da seguinte forma:

- I – por fixação de edital no quadro de aviso da secretaria da sede com antecedência mínima de sete (07) dias corridos,
- II – e ou por meio de circular entre os associados com antecedência mínima de dez (10) dias corridos,
- III – e ou por publicação na imprensa local, com antecedência mínima de três (03) dias corridos.

Art. 22º A instalação e as deliberações das assembléias gerais poderão ser da seguinte forma:

- I – na primeira convocação com no mínimo da metade mais um dos associados em pleno gozo dos seus direitos
- II – a segunda convocação meia hora depois, com qualquer número de associados.

Parágrafo único: As deliberações das assembléias serão em forma de votação com decisão de dois terço (2/3) dos presentes.

Art. 23º O edital de convocação das assembléias deverá conter:

- I – data da assembléia
- II – horário da assembléia
- III – local com endereço completo



IV – pauta da assembléia

Art. 24º As assembléias gerais poderão ser convocadas pelo:

- I – conselho de administração – conselho diretor
- II – conselho fiscal,
- III – por um quinto (1/5) dos associados em pleno gozo dos seus direitos



Art. 24º Quando da votação de uma pauta em assembléia, todos os associados em pleno gozo dos seus direitos, poderão participar.

CAPITULO VI DO CONSELHO DIRETOR

Art. 25º O conselho diretor é composto dos seguintes cargos:

- I – presidente
- II – secretário
- III – tesoureiro
- IV – suplente

Art. 26º Os membros do conselho diretor são eleitos entre os associados fundadores e beneméritos, com pleno gozo dos seus direitos, com mandato de três (03) anos, com direito à reeleição.

Art. 27º Compete ao conselho diretor:

- I – representar a ALMA AUTISTA aos seus atos
- II – convocar assembléias
- III – contratar e demitir funcionários
- IV – montar planos de trabalho
- V – administrar a ALMA AUTISTA.

Art. 28º Compete ao presidente do conselho diretor:

- I – representar e responder pela ALMA AUTISTA,
- II – presidir reuniões e assembléias
- III – assinar documentos, recebimentos e pagamentos em conjunto com o tesoureiro,
- IV – administrar a ALMA AUTISTA, em conjunto com a secretaria executiva,
- V – definir planos de trabalho,
- VI – responder judicial e extrajudicialmente pela gestão.



Art. 29º Compete ao secretário do conselho diretor:

- I – secretariar reuniões e assembleias
- II – arquivar documentos e correspondências
- III – manter sobre sua guarda os livros da ALMA AUTISTA,
- IV – substituir o tesoureiro nas suas faltas e impedimentos



Art. 30º Compete ao tesoureiro do conselho diretor:

- I – organizar a contabilidade
- II – assinar em conjunto com o presidente as liberações de pagamentos
- III – montar balanço anual e os balancetes
- IV – proceder ao recebimento e pagamentos.
- V - substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos

Art. 31º Compete ao suplente do conselho diretor, substituir o secretário, nas suas faltas e impedimentos.

CAPITULO VII DO CONSELHO FISCAL

Art. 31º O conselho fiscal é composto no mínimo de dois (02) membros, eleitos entre os associados mantenedores, patrocinadores e efetivos, com mandato de três (03) anos, com direito à reeleição, sendo composto de:

- I – titular,
- II – suplente.

Art. 32º Compete ao conselho fiscal:

- I – presidir reuniões e assembleias
- II – manifestar sobre alienação e venda de bens e patrimônios
- III – convocar reuniões e assembleias
- IV – manifestar sobre conduta dos associados
- V – manifestar sobre planos de trabalho,
- VI – constituir comissões específicas,
- VII - aprovação de balanço.

Art. 33º Ao titular do conselho fiscal compete:

Arboreo



- I – convocar e presidir reuniões e assembléias
- II – assinar documentos relativos aos pareceres do conselho fiscal
- III – representar o conselho fiscal perante o conselho de administração,
- IV – votar nas matérias de apreciação

Art. 34º Ao suplente do conselho compete:

- I – substituir o titular nas faltas e impedimentos
- II – secretariar as reuniões e assembléias
- III – manter sobre sua guarda os livros e documentos relativos ao conselho fiscal
- IV – votar nas matérias de apreciação



Art. 35º O conselho fiscal poderá contratar serviços externos de terceiros para realizar auditorias e fornecer relatórios de avaliação dos programas e projetos.

CAPITULO VIII

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 36º A estrutura administrativa e organograma da secretaria executiva serão dimensionados conforme o volume de atividades a ser administrada, podendo variar em função do número de programas e projetos da ALMA AUTISTA, podendo criar coordenação ou departamentos, será o órgão encarregado pela administração, orientação, manutenção e execução das demais atividades com intuito de alcançar o objetivo social da Associação.

Parágrafo primeiro – A Secretaria deverá prestar contas a Assembléia Geral sempre que solicitado pelo conselho Diretor, devendo a prestação de contas ser precedida de parecer para emitido pelo Conselho Fiscal, com posterior *ad referendum* da Assembléia Geral.

Parágrafo Segundo – A Secretaria Executiva será composta de 01 Diretor Executivo e 01 Gestor Operacional.

Art. 37º A secretaria executiva será contratada e remunerada.

Parágrafo único: Caso a função seja exercida por um associado, o mesmo fica com seus direitos de associado suspenso, enquanto estiver ocupando o cargo, portanto, não podendo votar nos assuntos administrativos.

Art. 38º Compete à secretaria executiva:

- I - administrar a ALMA AUTISTA sob comando do conselho de administração,
- II – cadastrar documentação e encaminhar para segmentos interessados,
- III – organizar os planos de trabalho,



IV – procurar meios de atualizar a ALMA AUTISTA.



Art. 39º Das atribuições do (a) secretário (a) executivo(a):

- a) Conduzir a elaboração e execução dos planos estratégicos e operacionais, em todas as áreas da Associação, visando a assegurar o seu desenvolvimento, crescimento e continuidade.
- b) Definir as políticas e objetivos específicos de cada área, coordenando a execução dos respectivos planos de ação, facilitando e integrando o trabalho das equipes, visando a otimizar os esforços para a consecução dos objetivos da Associação.
- c) Identificar oportunidades, avaliar a viabilidade e fazer recomendações sobre novos investimentos ou desenvolvimento de novos negócios, visando a garantir atingir os objetivos sociais e resguardar a segurança da Associação.
- d) Manter contatos com a direção das empresas clientes, Dirigentes, Agentes políticos, e com a Sociedade em Geral para identificar oportunidades de ampliação ou melhoria nos produtos / serviços prestados ou solução de eventuais problemas contratuais ou operacionais, visando a manter e projetar uma imagem positiva da Associação no mercado.
- e) Conduzir os processos de mudanças na cultura da organização, visando conquistar o engajamento de todos os seus integrantes e garantir a consolidação de uma cultura organizacional orientada para a contínua busca da qualidade e de altos padrões de desempenho individual e coletivo.
- f) Manter contatos com a direção de outras empresas, entidades de classe e órgãos governamentais, visando a harmonizar esforços que se traduzam em benefícios para os clientes, o mercado e a comunidade em geral.
- g) Administrar os recursos da Associação para atingir os objetivos Sociais.

Art. 39º Das atribuições do Gestor Operacional

- a) Atuar na gestão da equipe
- b) Responder pelos recursos humanos
- c) Supervisionar o setor de compras dando assessoria a presidência da empresa,
- d) Elaborando relatórios gerenciais



Autismo eu resolvi me importar, e você?

- e) Conduzir reuniões de recursos materiais e financeiros da área providenciando meios para que as atividades sejam desenvolvidas em conformidade com as normas e procedimentos técnicos.
- f) Supervisionar setores como contas a pagar e receber, financeiro,
- g) Comandar departamento de pessoal e tesouraria
- h) Responsabilizar por todas as áreas que envolvem a administração da empresa para que em seu departamento tudo funcione perfeitamente.



Art. 40º Da competência da diretoria executiva:

- a) Dirigir a Associação, de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio social.
- b) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da Assembléia Geral;
- c) Representar e defender os interesses de seus associados;
- d) Encaminhar a programação financeira e o orçamento anual da Associação, para aprovação do Conselho Diretor, conforme o caso;
- e) Contratar e organizar o quadro administrativo, operacional e técnico, incluindo assessorias, consultorias e auditorias, necessários ao funcionamento da Associação;
- f) Detalhar e executar em colaboração, as metas estratégicas da Associação conforme definido pelo Conselho Diretor, conforme o caso;
- g) Criar e desenvolver novos campos de atuação, programas e projetos, contratando, inclusive, serviços de terceiros para tais fins;
- h) Prestar contas da gestão administrativa e financeira do exercício, sob sua execução, perante o Conselho Diretor, conforme o caso, para encaminhamento e deliberação pela Assembléia Geral da Associação;
- i) Negociar, aceitar e firmar quaisquer obrigações em nome da Associação, mediante nomeação/delegação definida no artigo 20º, alínea "a" deste Estatuto, o que inclua convênios, contratos, termos de parcerias, intercâmbios ou quaisquer outras iniciativas conjuntas com pessoas físicas ou jurídicas, entre estas, Organizações e Instituições públicas e/ou privadas nacionais e estrangeiras, relativas a programas e projetos a serem desenvolvidos pela Associação, exceto as restrições criadas pelo próprio Estatuto, podendo nomear e outorgar procuradores com poderes especiais para tal competência;



- j) Abrir e movimentar contas bancárias, mediante nomeação/delegação definida no artigo 20º, alínea "a" deste Estatuto, bem como, emitir cheques, requisitar talões de cheques, autorizar transferências de valores por carta ou por meio eletrônico, autorizar aplicações financeiras de recursos disponíveis, endossar cheques e ordens de pagamento do país e exterior, para depósito em conta bancária da Associação, contrair empréstimos junto a Instituições Financeiras nacionais e/ou internacionais ou qualquer outra movimentação bancária, podendo nomear e outorgar procuradores com poderes especiais para tal competência;
- k) Negociar, aceitar e firmar quaisquer obrigações respectivas a bens móveis e imobilizados, entre eles veículos automotivos e meios de telecomunicação, bem como de bens imóveis, por meio de alienação, cessão de direitos, arrendamento, doação, locação, comodato e quaisquer outros instrumentos e meios admitidos em direito;
- l) Deliberar sobre assuntos e casos omissos na sua competência específica e na do Conselho Diretor e nomear e destituir seu Gestor Operacional, podendo ainda acumular a função quando necessário.

CAPITULO IX

DO PROCESSO ELETIVO



Art. 41º Os cargos eletivos para conselho diretor e fiscal, são exclusivos dos associados Fundadores e Beneméritos, que estejam em pleno gozo dos seus direitos.

Art. 42º A eleição para conselho diretor e conselho fiscal será realizado por assembleia geral ordinária a cada 03 (três) anos, a ser realizada anteriormente ao termino do respectivos mandatos.

Art. 43º A eleição ocorrerá em assembleia ordinária da seguinte forma:

- I – serão indicados dois membros entre os presentes para a condução da assembleia de eleição, que não sejam candidatos,
- II – para cada chapa candidata será destinado um período para apresentação da sua plataforma de trabalho,
- III – a votação será secreta, aberta para todos os associados de pleno gozo dos seus direitos,
- IV – os votos serão depositados em uma urna lacrada, exposta na mesa do presidente,
- V – encerrada a votação, será realizado o escrutínio e a contagem dos votos,
- VI – após a contagem, será proclamada a chapa eleita.
- VII – em caso de empate será realizada imediatamente nova votação.



Autismo eu resolvi me importar, e você?

VIII –em havendo chapa única, exaurida a gestão atual, tomarão imediatamente posse os respectivos membros.

Art. 44º As chapas candidatas deverão inscrever sua chapa completa, com seus respectivos nomes e cargos, em duas vias, protocoladas junto à secretaria da ALMA AUTISTA, com antecedência mínima de três (03) dias corridos, antes da assembléia de eleição.

Art. 45º Para impugnação da chapa, o mesmo deverá ser realizado por escrito, até dois (02) dias corridos, após o prazo estipulado para a eleição, e deverá ser protocolado junto à secretaria da ALMA AUTISTA.

Art. 46º A solicitação da impugnação será realizada pelo conselho fiscal ou comissão especialmente constituída para tal finalidade.

Art. 47º Ocorrendo à impugnação deverá ser marcada uma nova data para a assembléia de eleição no prazo máximo de cento e cinquenta (150) dias corridos.

Art. 48º Os membros da chapa eleita deverão apresentar até a data da posse, cópias simples, dos seguintes documentos:

- I – RG
- II – CPF
- III – comprovante de residência



Art. 49º A posse do conselho diretor e do conselho fiscal eleitos, dar-se-á sempre após a eleição.

CAPITULO X

DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 50º Constitui receita da ALMA AUTISTA:

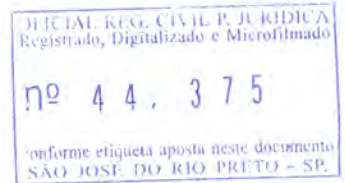
- I – contribuições de pessoas físicas e jurídicas,
- II – doações e legados,
- III – usufruto que lhe forem conferidos,
- IV – receitas de comercialização de produtos,
- V – rendas em seu favor constituído por terceiros,
- VI – rendimentos de imóveis próprios ou de terceiros,
- VII – juros bancários, antecipação de receitas de produção e outras receitas financeiras,
- VIII - captação de renuncias e incentivos fiscais,
- IX – receitas sobre direitos autorais de produção de materiais promocionais,
- X – resultado de comercialização de produtos de terceiros,

Foro





- XI – resultados de prestação de serviços,
- XII– subvenção ou recursos do governo municipal, estadual, União ou de autarquias,
- XIII– direitos autorais,
- XIV– anuidades,
- XV– recursos estrangeiros,
- XVI– receitas de financiamento interno e externo,
- XVII– resultado de quotas de participação,
- XVIII– bilheteria de eventos,
- XIX– patrocínios,
- XX– resultado de sorteios, bingos, leilões e concursos,
- XXI– repasses,
- XXII– taxa de administração e ou de gestão,
- XXIII– convênios,
- XXIV– termos de cooperação,
- XXV– contratos,
- XXVI– termos de parceria
- XXVII– termo de fomento,
- XXVIII– termo de colaboração



Art. 51º Todas as receitas serão destinadas à manutenção dos objetivos da ALMA AUTISTA.

Art. 52º Os patrimônios da ALMA AUTISTA serão constituídos de bens identificados em escritura pública, que vier a receber por doação, legados e aquisições, livres e desembaraçadas de ônus.

Art. 53º A contratação de empréstimo financeiro que venha a contrair de bancos ou através de particulares, que venha a agravar do ônus sobre o patrimônio da ALMA AUTISTA, dependerá da aprovação dos Conselhos fiscal e administrativo.

Art. 54º A ALMA AUTISTA poderá constituir fundos como; Fundo de Apoio Social, Fundo de Investimento, Fundo do Trabalhador, Fundo de Reserva, e demais fundos regulamentados conforme legislação pertinente.

CAPITULO XI DOS LIVROS

Art. 55º A ALMA AUTISTA manterá os seguintes livros:

- I – livro de presença das assembléias e reuniões
- II – livro de ata das assembléias e reuniões



ASSOCIAÇÃO
**ALMA
AUTISTA**

Autismo eu resolvi me importar, e você?

- III - livros fiscais e contábeis,
- IV – demais livros exigidos pelas legislações



Art. 56º Os livros estarão sobre a guarda do secretário do conselho diretor da ALMA AUTISTA, devendo ser vistado pelo presidente do conselho diretor e fiscal.

Art. 57º Os livros estarão na sede da ALMA AUTISTA, sendo disponibilizado para o público em geral.

Art. 58º Os interessados poderão obter cópias dos livros, sem direito a sua retirada.

CAPITULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 59º Os cargos dos conselhos diretor e fiscal não são remunerados, seja a que título for, ficando expressamente vedado por parte de seus membros o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagens, pelos cargos exercidos na ALMA AUTISTA.

Art. 60º Para a extinção da ALMA AUTISTA, o processo consiste em:

- I – deverá ser convocada uma assembléia extraordinária especialmente para extinção, com antecedência mínima de trinta (30) dias corridos, pela imprensa local,
- II – a deliberação ocorrerá com dois terços dos presentes
- III – sendo resolvido à extinção, o patrimônio e os bens, satisfeitos as obrigações, serão destinados a uma instituição como determinado na lei federal pertinente e que tenha seu registro junto ao CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social.

Art.61º Dentro das atividades da ALMA AUTISTA fica proibido qualquer tipo de discriminação, seja por: raça, idade, sexo, etnia ou religião.

Art.62º Nas atividades da ALMA AUTISTA ficam expressamente proibidas as manifestações de política partidária.

Art.63º A ALMA AUTISTA aplica suas rendas, recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos.



Autismo eu resolvi me importar, e você?

Art.64º Ocorrendo vaga em algum dos cargos dos conselhos, o conselho de administração, fiscal e dos profissionais, poderá indicar um dos membros, para preenchimento do cargo até sua homologação na assembléia subsequente.

Art.65º Os associados não respondem solidariamente nem subsidiariamente pelas obrigações da entidade nem há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

Art.66º O exercício financeiro e fiscal da ALMA AUTISTA, coincidirá com o ano civil.

Art.67º Em casos de constatados problemas de conduta ética do associado ou mau uso do nome da instituição, o conselho diretor poderá propor a formação de uma comissão de sindicância, formado pelos associados, como mínimo de cinco (5) membros, para análise da situação e fornecer pareceres para decisão administrativa.

Parágrafo único: A comissão terá o prazo de trinta (30) dias corridos para apresentação dos pareceres, após a sua constituição.

Art.68º Atendido as legislações pertinentes, fica regida pelo presente estatuto a seguinte norma;

I – observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência,

II – adoção de praticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório,

III – constituição do conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da ALMA AUTISTA ,

IV – em caso de dissolução, além de atender o artigo 94 do presente estatuto, o patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da lei federal, preferencialmente que tenha mesmo objetivo social da ALMA AUTISTA,

V – na hipótese da ALMA AUTISTA, perder a qualificação instituída na lei federal, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferida a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da lei federal,

VI – possibilidade de instituir remuneração para os dirigentes da ALMA AUTISTA que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos casos os valores praticados no mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

VII – as normas de prestação de conta a serem observadas pela ALMA AUTISTA, fica determinado no mínimo;

a – observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade,

b – publicação do balanço financeiro, na imprensa local, juntamente com o resumo das atividades, certidão negativa de débitos do INSS e FGTS, bem como colocar à disposição do publico em geral,

Roberto 10

B



Autismo eu resolvi me importar, e você?

- c – quando da firmação de termos de parceria, será obedecidas às instruções do decreto federal nº 3.100/99 de 30/06/99 e serão contratada auditoria externa independente para aplicação dos recursos originários do termo de parceria,
- d – a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem publica recebida pela ALMA AUTISTA, será realizada conforme determinado no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal,
- e – elaborar balanço social e ambiental em conformidade a Resolução nº 1.003/04 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade,

Art.69º O processo de votação nas assembléias será regulamentado no regimento interno.

Art.70º Q Quando do desenvolvimento de atividades especificas, poderá constituir departamentos com autonomia administrativa e financeira, sendo regulamentado quando da sua constituição.

Art.71º A ALMA AUTISTA poderá realizar gestão de outras organizações que atuem em assistência social e deficiente, para consecução dos seus objetivos.

Art.72º Os livros poderão ser confeccionados em folhas soltas, numeradas e arquivadas.

Art.73º A ALMA AUTISTA poderá constituir conselhos complementares, conforme tipo de atividade a ser realizada para atender as legislações pertinentes sobre atividade.

Art.74º A ALMA AUTISTA poderá constituir outras pessoas jurídicas do terceiro setor, em forma de mantida com independência administrativa e financeira para consecução dos seus objetivos.

Art.75º A ALMA AUTISTA constituirá departamentos para consecução dos seus objetivos, estando subordinada a secretaria executiva e a sua constituição será autorizada pelo conselho diretor.

Parágrafo único: Cada departamento terá sua norma administrativa e operacional, respeitando os códigos de ética profissional de cada segmento.

Art.76º A ALMA AUTISTA respeitará as condições básicas estabelecidas na Lei Federal nº 12.101/09 como:

- I - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;

Fabiano



Autismo eu resolvi me importar, e você?

II - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;

III - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;

IV - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;

V - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123/2006.

Art.77º Os membros dos conselhos diretor e fiscal poderão formar comissões de trabalhos específicos dentro das suas competências, como órgão auxiliar e complementar do processo de gestão da ALMA AUTISTA, o qual deverá ser normatizado pelo conselho de administração podendo ser:

- I – comissão de ética,
- II – comissão de normas e regulamentos,
- III – comissão de sistematização,
- IV – comissão de programação,
- V – demais comissões de interesse.



Art.78º Atendendo a Lei Federal nº 13.019/14 e 13.204/15, a prestação de contas relativa à execução do Termo de Parceria perante o órgão da entidade estatal parceira refere-se à correta aplicação dos recursos públicos recebidos e ao adimplemento do objeto do Termo de Parceria, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - relatório anual de execução de atividades, contendo especificamente relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, bem como comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;

II - demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução;

III - extrato da execução física e financeira;

IV - demonstração de resultados do exercício;

V - balanço patrimonial;

VI - demonstração das origens e das aplicações de recursos;

VII - demonstração das mutações do patrimônio social;

Fabiano

4



Autismo eu resolvi me importar, e você?

VIII - notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;

IX - parecer e relatório de auditoria, se for o caso.

Art.79º As exigências de transparência e publicidade previstas em todas as etapas que envolvem o termo de fomento ou de colaboração, desde a fase preparatória até o fim da prestação de contas, naquilo em que for necessário, serão excepcionadas quando se tratar de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança, na forma do regulamento.

Art.80º A ALMA AUTISTA poderá visa atender ao disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9º do Código Tributário Nacional é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 1º Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do artigo 9º do CTN, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

§ 2º Os serviços a que se refere a alínea c do inciso IV do artigo 9º da CTN, são exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

CAPITULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS



Art.81º O grupo gestor de transição terá mandato de três (03) anos, indicados entre os membros da atual gestão, podendo ser reeleito, sendo composto de seguintes cargos:

- I – conselho diretor: presidente, tesoureiro, secretário e suplente,
- II – conselho fiscal: um titular e um suplente.

Art.82º Compete ao grupo gestor de transição;

- I – estruturar a ALMA AUTISTA,
- II – estruturar plano de trabalho,
- III – elaborar normas e regras internas,
- IV – constituição dos departamentos,

Autismo eu resolvi me importar, e você?

V – recadastrar o quadro de associados.

Art.83º Com a aprovação do presente texto do estatuto ficam revogadas as disposições em contrário.

Art.84º O presente estatuto entra em vigor a partir desta, devendo proceder ao tramite legal para registro e demais providências cabíveis.

Bady Bassitt (SP), 11 de maio de 2.021

Fabrizio F. C. Oliveira



Fabrizio Fagner de Oliveira Constantino

Presidente/CPF nº 344.060.358-00

[Signature]



Dra Layane Fernanda de Almeida

OAB/SP nº 417.232

TERCEIRO TABELIÃO DE NOTAS - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
Tabelião: ALVARO DE ALMEIDA CORREA
Rua Jorge Tibiriçá, 2702 - Centro - CEP: 13010-050 - Tel: (17) 3233-8586 - cartorio@terceirotabeliao.com.br

Reconheço por semelhança firma com VALOR ECONÔMICO de:
FABRICIO FAGNER CONSTANTINO DE OLIVEIRA

São José do Rio Preto - SP, 14 de Junho de 2021

Em test. da verdade - LBS - valor: R\$10,52
LARISSA BARBOSA BONELLI - ESCRIVENTE

Selo(s): C10995AA0427913

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



126292

VALOR ECONÔMICO

C10995AA0427913

